



Número: **0854940-35.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SIVAL HONORATO LEITE NETO (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24381627	12/09/2019 17:17	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
24381628	12/09/2019 17:17	<a href="#">SILVAL HONORATO - INICIAL</a>	Documento de Comprovação
24381629	12/09/2019 17:17	<a href="#">SILVAL HONORATO</a>	Documento de Comprovação
24565337	19/09/2019 19:46	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
25563408	23/10/2019 13:53	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26707421	02/12/2019 16:20	<a href="#">Petição</a>	Petição
26707437	02/12/2019 16:20	<a href="#">SIVAL HONORATO LEITE NETO</a>	Documento de Comprovação
29324764	23/03/2020 11:41	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
29324765	23/03/2020 11:41	<a href="#">TCO SIVAL HONORATO LEITE NETO</a>	Comunicações
29605188	02/04/2020 17:31	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29634674	02/04/2020 17:48	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
29803161	13/04/2020 14:55	<a href="#">Petição</a>	Petição
30513618	08/05/2020 19:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30517753	08/05/2020 22:17	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
30992287	26/05/2020 12:02	<a href="#">Petição</a>	Petição
30992291	26/05/2020 12:02	<a href="#">DOC SIVAL HONORATO LEITE NETO</a>	Outros Documentos
31224114	03/06/2020 16:11	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32345719	15/07/2020 09:55	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

## ANEXOS





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**SILVAL HONORATO LEITE NETO**, brasileiro, solteiro, Profissão: Ajudante de Oficina, inscrito no RG sob o nº 4126097 SSDS/PB e CPF de nº 706.956.814-27, residente e domiciliado na rua João Gabinio De Carvalho, SN - VL, Mandacaru, João Pessoa/PB, Cep: 58025-690, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.

**1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## 2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **13/09/2018**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **fratura de tíbia esquerda, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 2.362,50 em 08/04/2019, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o



pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o percebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:



**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.**(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.*** (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 31 de julho de 2019.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

**HENDRIX FÉLIX DE ARAÚJO**  
**ESTAGIÁRIO**



### **QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### **ANEXO**

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858



## *Duarte e Silva Advogados Associados*

*Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB*  
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

### PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Sival Honorato Leite Neto TELEFONE 98764-7437

ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO gerais em Oficina

CPF 706.956.814-27 RG 4.126.097 ENDEREÇO R. João

Gabimio de Carvalho, SN - UL, Mandacaru

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

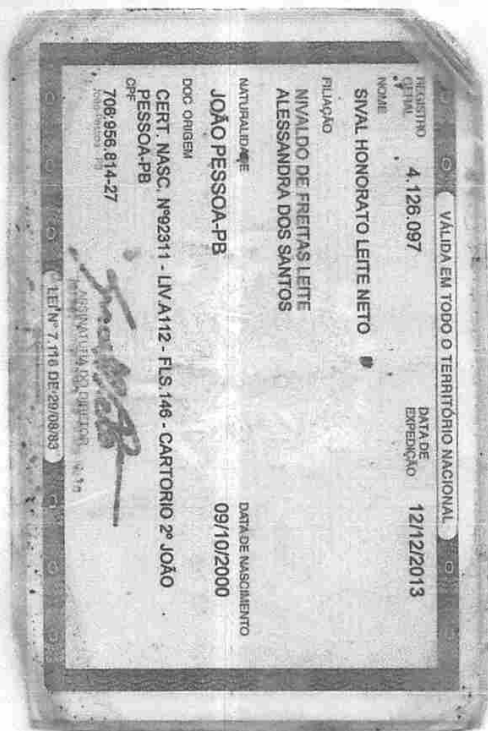
### GRATUIDADE JUDICIÁRIA

**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

João Pessoa, 27 de setembro de 2018.

(OUTORGANTE) Sival H. Leite Neto







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cime, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA  
INFORME ESTE NÚMERO  
MATRÍCULA

1056590

REFERÊNCIA

MAR/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA JOSÉ DE FLEITE  
RUA JOAO GABINIO DE CARVALHO, S/N - VL - MANDACARU  
JOAO PESSOA PB 58025- 690

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
001 054.050.1139.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
			LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA	
		10		08/04/2019	
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.					
FEB/2019	10	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
JAN/2019	10	TURBIDEZ	268	268	266
DEZ/2018	10	CLORO	268	268	268
NOV/2018	10	COL. TERMOT	0	0	0
OUT/2018	10	COR	73	73	72
SET/2018	10	COL. TOTAIS	268	268	268
MEDIA(M)		DADOS REFERENTES A: JAN/2019			

DATA DA IMPRESSÃO: 11/03/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 11:23:29

DESCRIÇÃO

CONSUMO TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

ESGOTO

10 M3

7,91

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

28 MAR. 2019

PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

19/03/2019

Total a Pagar:

R\$ 37,91



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: NÃO MEDIDO

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

\*\*\* ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO \*\*\*

\*\*\* WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR \*\*\*



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 12/09/2019 17:17:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091217170767600000023606954>

Número do documento: 19091217170767600000023606954



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00045.01.2019.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00045.01.2019.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:04 horas do dia 21 de março de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Isaias Olegário da Silva, matrícula 611697, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu Sival Honorato Leite Neto, CPF nº 706.956.814-27, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Ajudante de Mecânica, filho(a) de Alessandra dos Santos e Nivaldo de Freitas Leite, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/10/2000 (18 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Gabino de Carvalho, Nº S/N, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência Colégio, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98669-4639.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Francisco Moura, Áudio Comunicação, João Pessoa/PB, bairro Mandacaru; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 13/09/18 12:13h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE trafegava com a motocicleta, marca e modelo: HONDA/NXR 125 BROS ES, ano e modelo: 2003 de cor: azul, PLACA: CWM 4591 PB, chassi nº 9C2JD20203R022073, registrado em nome de Josinaldo Bezerra de Oliveira - CPF nº 092.004.244-90 vizinho do notificante; QUE seguia normalmente em sua mão quando um caminhão fez uma manobra errada, caminhão esse que o notificante não sabe especificar marca e modelo, que devido ao fato o notificante foi de encontro ao pneu desse veículo e acabou perdendo o controle e veio a cair ao chão, que o notificante relata que o condutor do caminhão não ficou no local evadindo-se sem prestar socorro; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 0165/2019 - EXPEDIDA PELA DRª ROSÂNGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA, CRM/PB 3883, DATADO DE 18.02.2019, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 21 de março de 2019.

  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
SIVAL HONORATO LEITE NETO  
Notificante



Procedimento Policial: 00045.01.2019.1.00.420



## CERTIDÃO

Nº. 0165/2019

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 163078 e Prontuário nº 2018.09.001767 pertencentes a **SIVAL HONORATO LEITE NETO** que foi atendido dia 13/09/2018 às 12H13min, vítima de colisão moto x caminhão, apresentando trauma em membro inferior esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de tíbia esquerda. Realizado procedimento cirúrgico dia 13/09/2018 com alta médica dia 15/09/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 18 de fevereiro de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3883





Buscar no site

A  
COMPANHIA

SEGURO  
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICAS

SALA DE  
IMPRENSA

TRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Para Consultar

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a entrega da documentação completa. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3190240205 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SIVAL HONORATO LEITE NETO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO SIVAL HONORATO LEITE NETO

CPF/CNPJ: 70695681427


Posição em 05-04-2019 15:42:32

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
08/04/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

*Sival Honorato Leite Neto*

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
03/04/2019	Aviso de Sinistro	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Vyft4c+iGFG49ZlFEfw2Jw==/6Eapi_key=hCYm6iGzvmjfelJEWJ0XEw9XWB0QF8L7plzgXT3G8NU=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Vyft4c+iGFG49ZlFEfw2Jw==/6Eapi_key=hCYm6iGzvmjfelJEWJ0XEw9XWB0QF8L7plzgXT3G8NU=</a> )

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 12/09/2019 17:17:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091217170767600000023606954>

Número do documento: 19091217170767600000023606954

Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a Seguradora Líder-DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3190240205 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SIVAL HONORATO LEITE NETO

COBERTURA Invalidez


PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO SIVAL HONORATO LEITE NETO

CPF/CNPJ: 70695681427

Posição em 04-04-2019 16:31:28

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
03/04/2019	Aviso de Sinistro	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Vyft4c+iGFG49ZiFEfw2Jw=/6Eapi_key=hCYm6iGzvmjFEJEWJOXE8IzF+GwjhoXwnZMlcRxx2M=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Vyft4c+iGFG49ZiFEfw2Jw=/6Eapi_key=hCYm6iGzvmjFEJEWJOXE8IzF+GwjhoXwnZMlcRxx2M=</a> )

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

Disponível na  **App Store** (<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)

DISPONÍVEL NO  **Google Play**

(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE

 (/Pages/Acessibilidade.aspx)  (/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A ○



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 12/09/2019 17:17:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091217170767600000023606954>

Número do documento: 19091217170767600000023606954



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**14ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DECISÃO**

Vistos etc.

Na inicial, a parte autora relata que se envolveu em acidente de trânsito, em razão do qual narra haver **fratura da tíbia esquerda**. Relata ainda que, em razão de tal fratura, o promovente restou com permanente debilidade no membro afetado, razão pela qual entende que fazia jus à indenização do seguro DPVAT no valor de **R\$ 9.450,00**. Segue narrando que, contudo, recebeu do consórcio de seguradoras apenas a quantia de **R\$ 2.362,50**.

**É o relatório. Decido.**

**1. Causa de Pedir Incompleta:**

A parte promovente não descreve a debilidade permanente, isto é, não informa quais limitações anatômicas ou funcionais resultaram das lesões ocorridas no acidente (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, rigidez, dores crônicas, etc.). A parte promovente apenas menciona a lesão instantânea ocorridas no momento do acidente, ou seja, a **fratura na tíbia**.

Neste sentido, cumpre diferenciar as sequelas permanentes das lesões instantâneas. Considera-se sequela permanente, para efeito do seguro DPVAT, a invalidez, a perda anatômica ou redução funcional de um membro ou órgão, como nos casos de encurtamento de membro, andar claudicante, perda da visão, dores crônicas incapacitantes. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada



permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. As lesões instantâneas, por sua vez, seriam os ferimentos suportados no instante do acidente, como traumas, fraturas, contusões, escoriações, cortes, decepamentos, etc., que podem ou não resultar em sequelas permanentes.

À luz do acima dito, tem-se que a causa de pedir, nas ações do DPVAT, é dúplice: o acidente de trânsito e, como resultado, a invalidez permanente. A recusa da seguradora em pagar a indenização ou o seu pagamento a menor não é causa de pedir, e sim elemento configurador do interesse processual.

Ocorre que, repita-se, a inicial não descreve, **nem minimamente**, a invalidez que acometeu o promovente de modo irreversível. O demandante apenas se reporta à **fratura na tíbia**, sem, contudo, ao menos informar as limitações, deformações ou quaisquer outros sintomas que o fazem concluir pela invalidez permanente mais grave que a que foi constatada pela seguradora. Ou seja, o demandante não delinea a causa de pedir, que não se resume ao acidente automobilístico, nem à mera e genérica menção a lesões permanentes, desassociadas de uma descrição mínima, ao argumento de que deverão ser apuradas mediante perícia médica judicial.

Em que pese a ausência de contornos da lide, os artigos 322 e 324 do CPC/2015 impõem que o pedido deve ser certo e determinado, sendo admissível formular pedido genérico, apenas nos casos especificamente previstos no §1º do art. 324, dentre os quais, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, o que definitivamente não é o caso dos autos. A esse respeito, inclusive, cabe aqui esclarecer que **não se está a exigir que a parte promovente proceda à graduação de sua invalidez, mas apenas que a descreva como leigo as deformidades, limitações ou anomalias, decorrentes da lesão acidentária** (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.).

Neste sentido, os resultados permanentes trazidos pelo acidente não podem ser mencionados genericamente, pois se fazem essenciais ao julgamento do mérito, **principalmente no caso de revelia**. Isso porque a falta de contestação fará operar a presunção de veracidade da matéria fática, razão pela qual a invalidez, que constitui o fato principal do pedido indenizatório, deve vir previamente informada na inicial. Caso contrário, não haverá fato a ser presumido como verdadeiro, pois o julgador não poderá presumir fato não descrito na inicial. E presumir a **fratura na tíbia** não implica em presumir debilidade permanente na perna inteira, sem que o próprio demandante a relate.



Eis por que a ausência de informação sobre a sequela irreversível é defeito que pode, em alguns casos, **como o da revelia**, dificultar o julgamento de mérito.

Ressalte-se que, delinear o pedido com todos os seus fatos é providência que interessa eminentemente à parte promovente, pois, ocorrendo a revelia, não haverá necessidade de dilação probatória, e, portanto, não haverá perícia para aferir as lesões. Desse modo, não pode o promovente de abster de descrever os resultados permanentes do acidente, ao argumento de que a perícia o fará.

Ademais, é de capital importância registrar que a perícia não tem a função de definir ou complementar o pedido, mas apenas de comprovar ou desconstituir os fatos **previamente** relatados, nos quais se funda o direito alegado.

## **2. Pedido Incerto e Indeterminado:**

Dispõem os artigos 322 e 324 do CPC/2015:

*“Art. 322. O pedido deve ser certo.”*

*(...)*

*Art. 324. O pedido deve ser determinado.*

*§ 1º É lícito, porém, formular pedido genérico:*

*I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;*

*II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;*

*III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.”*

Pela narrativa exposta como fundamento do pedido, é fato que o caso dos autos não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 324, §1º e incisos, acima transcrito, pois a própria inicial, por si só, já apresenta todos os elementos que permitem a quantificação do pedido.



Pois bem, se a parte autora afirma que fazia jus a **R\$ 9.450,00** e recebeu apenas **R\$ 2.362,50** do consórcio de seguradoras, não há como fugir da decorrência lógica que a diferença pretendida deve ser **R\$ 7.087,50**. Se a parte autora não tem certeza sobre sua lesão, então que assim se manifestasse, mas não o fez.

Logo, o pedido final não pode ser outro, senão a diferença entre o recebido e o que afirma devido, para o que não se faz necessário a realização de qualquer perícia. A clareza e a assertividade das afirmações do promovente não comportam o pedido final incerto e inespecífico.

Cabe aqui mais uma vez relembrar que prova a pericial não se presta a complementar o pedido, que deve vir previamente quantificado, máxime quando a própria inicial, por si só, já apresenta todos os elementos que permitem a quantificação.

### **3. Comprovante de endereço em nome de terceiro:**

Analisando-se os documentos que instruíam a inicial, verifica-se que a fatura da CAGEPA que o promovente juntou ao processo para fins de comprovar seu endereço se encontra em nome de terceiro e o autor nada alegou ou provou quanto ao seu vínculo com o titular do documento.

### **4. Dispositivo:**

Sendo assim, **intime-se** o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial:

a) descrever, ainda que de forma leiga, as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

b) tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que decorra logicamente dos valores afirmados nos fatos e fundamentos.

c) **juntar comprovante de endereço atual e emitido em seu próprio nome e, se houver de apresentar documento em nome de terceiro, deverá também comprovar seu vínculo com o titular.**



João Pessoa, data da assinatura digital.

**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**14ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0854940-35.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SIVAL HONORATO LEITE NETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**INTIMAÇÃO**

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 23 de outubro de 2019.

*Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária*

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DECISÃO**

Vistos etc.

Na inicial, a parte autora relata que se envolveu em acidente de trânsito, em razão do qual narra haver **fratura da tíbia esquerda**. Relata ainda que, em razão de tal fratura, o promovente restou com permanente debilidade no membro afetado, razão pela qual entende que fazia jus à indenização do seguro DPVAT no valor de **R\$ 9.450,00**. Segue narrando que, contudo, recebeu do consórcio de seguradoras apenas a quantia de **R\$ 2.362,50**.





## **É o relatório. Decido.**

### **1. Causa de Pedir Incompleta:**

A parte promovente não descreve a debilidade permanente, isto é, não informa quais limitações anatômicas ou funcionais resultaram das lesões ocorridas no acidente (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, rigidez, dores crônicas, etc.). A parte promovente apenas menciona a lesão instantânea ocorridas no momento do acidente, ou seja, a **fratura na tíbia**.

Neste sentido, cumpre diferenciar as sequelas permanentes das lesões instantâneas. Considera-se sequela permanente, para efeito do seguro DPVAT, a invalidez, a perda anatômica ou redução funcional de um membro ou órgão, como nos casos de encurtamento de membro, andar claudicante, perda da visão, dores crônicas incapacitantes. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. As lesões instantâneas, por sua vez, seriam os ferimentos suportados no instante do acidente, como traumas, fraturas, contusões, escoriações, cortes, decepamentos, etc., que podem ou não resultar em sequelas permanentes.

À luz do acima dito, tem-se que a causa de pedir, nas ações do DPVAT, é dúplice: o acidente de trânsito e, como resultado, a invalidez permanente. A recusa da seguradora em pagar a indenização ou o seu pagamento a menor não é causa de pedir, e sim elemento configurador do interesse processual.

Ocorre que, repita-se, a inicial não descreve, **nem minimamente**, a invalidez que acometeu o promovente de modo irreversível. O demandante apenas se reporta à **fratura na tíbia**, sem, contudo, ao menos informar as limitações, deformações ou quaisquer outros sintomas que o fazem concluir pela invalidez permanente mais grave que a que foi constatada pela seguradora. Ou seja, o demandante não delineia a causa de pedir, que não se resume ao acidente automobilístico, nem à mera e genérica menção a lesões permanentes, desassociadas de uma descrição mínima, ao argumento de que deverão ser apuradas mediante perícia médica judicial.

Em que pese a ausência de contornos da lide, os artigos 322 e 324 do CPC/2015 impõem que o pedido deve ser certo e determinado, sendo admissível formular pedido



genérico, apenas nos casos especificamente previstos no §1º do art. 324, dentre os quais, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, o que definitivamente não é o caso dos autos. A esse respeito, inclusive, cabe aqui esclarecer que **não se está a exigir que a parte promovente proceda à graduação de sua invalidez, mas apenas que a descreva como leigo as deformidades, limitações ou anomalias, decorrentes da lesão acidentária** (encurtamento de membro, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.).

Neste sentido, os resultados permanentes trazidos pelo acidente não podem ser mencionados genericamente, pois se fazem essenciais ao julgamento do mérito, **principalmente no caso de revelia**. Isso porque a falta de contestação fará operar a presunção de veracidade da matéria fática, razão pela qual a invalidez, que constitui o fato principal do pedido indenizatório, deve vir previamente informada na inicial. Caso contrário, não haverá fato a ser presumido como verdadeiro, pois o julgador não poderá presumir fato não descrito na inicial. E presumir a **fatura na tíbia** não implica em presumir debilidade permanente na perna inteira, sem que o próprio demandante a relate.

Eis por que a ausência de informação sobre a sequela irreversível é defeito que pode, em alguns casos, **como o da revelia**, dificultar o julgamento de mérito.

Ressalte-se que, delinear o pedido com todos os seus fatos é providência que interessa eminentemente à parte promovente, pois, ocorrendo a revelia, não haverá necessidade de dilação probatória, e, portanto, não haverá perícia para aferir as lesões. Desse modo, não pode o promovente de abster de descrever os resultados permanentes do acidente, ao argumento de que a perícia o fará.

Ademais, é de capital importância registrar que a perícia não tem a função de definir ou complementar o pedido, mas apenas de comprovar ou desconstituir os fatos **previamente** relatados, nos quais se funda o direito alegado.

## **2. Pedido Incerto e Indeterminado:**

Dispõem os artigos 322 e 324 do CPC/2015:

*“Art. 322. O pedido deve ser certo.”*

(...)

*Art. 324. O pedido deve ser determinado.*



*§ 1º É lícito, porém, formular pedido genérico:*

*I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;*

*II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;*

*III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.”*

Pela narrativa exposta como fundamento do pedido, é fato que o caso dos autos não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 324, §1º e incisos, acima transcrito, pois a própria inicial, por si só, já apresenta todos os elementos que permitem a quantificação do pedido.

Pois bem, se a parte autora afirma que fazia jus a **R\$ 9.450,00** e recebeu apenas **R\$ 2.362,50** do consórcio de seguradoras, não há como fugir da decorrência lógica que a diferença pretendida deve ser **R\$ 7.087,50**. Se a parte autora não tem certeza sobre sua lesão, então que assim se manifestasse, mas não o fez.

Logo, o pedido final não pode ser outro, senão a diferença entre o recebido e o que afirma devido, para o que não se faz necessário a realização de qualquer perícia. A clareza e a assertividade das afirmações do promovente não comportam o pedido final incerto e inespecífico.

Cabe aqui mais uma vez relembrar que prova a pericial não se presta a complementar o pedido, que deve vir previamente quantificado, máxime quando a própria inicial, por si só, já apresenta todos os elementos que permitem a quantificação.

### **3. Comprovante de endereço em nome de terceiro:**

Analisando-se os documentos que instruíam a inicial, verifica-se que a fatura da CAGEPA que o promovente juntou ao processo para fins de comprovar seu endereço se encontra em nome de terceiro e o autor nada alegou ou provou quanto ao seu vínculo com o titular do documento.

### **4. Dispositivo:**

Sendo assim, **intime-se** o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial:



a) descrever, ainda que de forma leiga, as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

b) tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que decorra logicamente dos valores afirmados nos fatos e fundamentos.

c) **juntar comprovante de endereço atual e emitido em seu próprio nome e, se houver de apresentar documento em nome de terceiro, deverá também comprovar seu vínculo com o titular.**

João Pessoa, data da assinatura digital.

**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE DA COMARCA DA CAPITAL.

## JUSTIÇA GRATUITA

**SIVAL HONORATO LEITE NETO**, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar conforme documentos médicos juntados na inicial, o autor sofreu fratura da tíbia esquerda, evoluindo com andar claudicante, dormência, dor e limitação funcional.

**Dessa forma, por apresentar sequelas que decorreram do acidente de trânsito, o autor ajuizou ação de cobrança para recebimento do seguro social.**

Injustamente, o Autor recebeu apenas o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) valor esse atribuído pela seguradora, 250% do membro inferior.

Na inicial foi solicitado perícia médica da confiança do juízo para que esse possa avaliar as sequelas do autor e verificar que a debilidade é permanente e irreversível. Aliás, a competência é do perito. Importante frisar que é impossível a parte autora indicar o valor exato, pois a prova é meramente técnica

No que diz respeito ao comprovante de residência, o autor reside com sua família, estando o comprovando de endereço em nome de sua avó, não possuindo comprovante de residência em seu próprio nome. De toda forma, junto na oportunidade comprovante de residência atualizado.

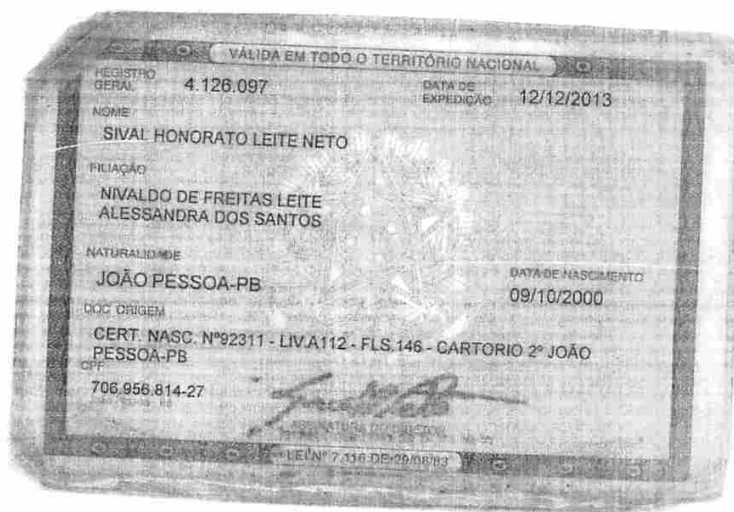
Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, ratificando o valor da ação, qual seja, R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) requerendo desde já a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, tudo por ser de inteira e lidima justiça.

Pede e espera deferimento.



João Pessoa, 02 de dezembro de 2019.







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO  
MATRÍCULA

1056590

REFERENCIAL  
OUT/2018

COMPANHIA DE CONSUMO DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA JOSE DE F. LITE  
RUA JOAO GABINIO DE CARVALHO, S/N - VL - MANDACARU  
JOAO PESSOA PB 58025-690

Inscrição

SMI

Quantidade de Economias

Responsável

Residencial Comercial Industrial Público

Hidrômetro

Data de Instalação

Localização

Situação Água

Situação Esgoto

ANTERIOR | ATUAL | CONSUMO (H3) | NUM DE DIAS | PROXIMA LEITURA  
10 04/11/2018

HIST. CONS./ANOR. LLIT. | QUALID. AGUA-ANEXO 20-PORT. 05.2017 MS.

SET/2018 10 PARAMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES

AGO/2018 10 TURBIDEZ 268 366 363

JUL/2018 10 CLORO 268 367 364

JUN/2018 10 COL. TERMOT 0 0 0

MAI/2018 10 COR 73 123 126

ABR/2018 10 COL. TOTAIS 268 367 367

DADOS REFERENTES A: AGO/2018

DATA DA IMPRESSÃO: 05/10/2018 HORA DA IMPRESSÃO: 12:38:59

DESCRIÇÃO CONSUMO TOTAL (R\$)

ÁGUA RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA 10 M3 37,91

ESGOTO

VALOR APROXIMADO DE DEBITOS: R\$ 351,91 E CONSUMO DE 10 M3

VENCIMENTO: 19/10/2018 Total a Pagar: R\$ 37,91



CONDIÇÃO DE TITULAR: REALIZADA

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: NÃO MEDIDO

TIPO DE TITULAR

INFORMAÇÕES GERAIS

"QUANDO A TITULARIDADE É PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHO"





SEGUE TCO.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520202961953

Nome original: TCO SIVAL HONORATO LEITE NETO.PDF

Data: 21/03/2020 19:58:29

Remetente:

WAGNER DE SENA RABAY

DCCPAT - Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado em desfavor de SIVAL HONORATO LEITE  
NETO





ANO: 2020

Nº REGISTRO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

LIVRO Nº: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Procedimento Policial Nº: 00004.02.2020.1.00.450

\_\_\_\_\_  
Braz Morroni de Paiva Júnior  
Delegado(a) de Polícia Civil

\_\_\_\_\_  
Wagner de SENA Rabay  
Escrivão(a) de Polícia Civil

**PROCEDIMENTO ESPECIAL**

**(TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência)**

**Lei no 9.099 de 26/09/1995**

INCIDÊNCIA PENAL: Art. 180, § 3º do CPB (Receptação culposa)

INFRATOR(ES): SIVAL HONORATO LEITE NETO

VÍTIMA(S):

**AUTUAÇÃO**

Aos 21 de março de 2020, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e na 2ª Delegacia Distrital da Capital, em Cartório Policial, AUTUO o presente, conforme adiante se segue e, para constar, LAVRO este Termo. Eu, Wagner de SENA Rabay, Escrivão(a) de Polícia, o digitei e subscrevo.





**TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA**

**Nº00004.02.2020.1.00.450**

**DADO(S) DA(S) OCORRÊNCIA(S)**

**Autor(es):** Sival Honorato Leite Neto

**Tipificação 1:** Art. 180, § 3º do CPB (Receptação culposa)

**Data da Ocorrência:** 21/03/2020

**Hora:** 18:00:00

**Forma da Comunicação:** Verbal

**Endereço:** Av. Fagundes Varela, Padre Zé, João Pessoa, PB.

**Ponto de referência:** Cruzamento Com a Av. Mandacaru

**COMUNICANTE**

**Valber Arley de Almeida Souza**, CPF nº 064.462.594-50, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Policial Militar, cargo 2º TENENTE, matrícula 527607-1, escolaridade Ensino superior completo, natural de Itabaiana/PB, nascido(a) em 11/10/1995 (24 anos de idade), residente e domiciliado(a)/lotado(a) no(a) Força Regional do Cprm, bairro Cruz das Armas, tendo como ponto de referência Comando Geral, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 32185-672, cor/raça branca.

**AUTOR(ES) DO FATO**

**Sival Honorato Leite Neto**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Ajudante de Mecânica, filho(a) de Alessandra dos Santos e Nivaldo de Freitas Leite, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/10/2000 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a)/lotado(a) no(a) Rua João Gabino de Carvalho, nº S/N, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência Colégio, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98669-4639, cor/raça parda.

**HISTÓRICO**

QUE a guarnição da PM estava fazendo rondas no bairro Padre Zé quando visualizou o indivíduo SIVAL

HONORATO LEITE NETO em atitude suspeita conduzindo a motocicleta CHINERAY, modelo XY 50Q,

JET, cor branca, 2013, CHASSI LXYXCBL09E0225424; QUE ao consultar a situação da motocicleta no CIOF

constatou que esta estava com restrição de roubo desde 2015; QUE diante da situação conduziu o preso e o

veículo à Central de Polícia Civil para a lavratura do procedimento cabível.

Procedimento Policial: 00004.02.2020.1.00.450

1/2



SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Crimes Contra o  
Patrimônio da Capital



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

João Pessoa/PB, 21 de março de 2020.

BRAZ MORRONT DE PAIVA JÚNIOR  
Delegado(a) de Polícia Civil

VALBER ARLEY DE ALMEIDA SOUZA  
Noticiante

WAGNER DE SENA RABAY  
Escrivão de Polícia Civil

Procedimento Policial: 00004.02.2020.1.00.450

2/2





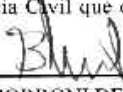
### AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO

À(s) 19:04 horas do dia 21 de março de 2020, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, e nesta Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontra o(a) Dr.º Braz Morroni de Paiva Júnior, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, Escrivão de Polícia Civil do seu cargo, ao final assinado, compareceu o(a) **APRESENTADOR(A) Valber Arley de Almeida Souza**, CPF nº 064.462.594-50, nacionalidade brasileira, profissão Policial Militar, cargo Tenente, matrícula 527.607-1, nascido(a) em 11/10/1995 (24 anos de idade), residente e domiciliado(a)/lotado(a) na Lotado Na Força Regional do Cprm, bairro Cruz das Armas, tendo como ponto de referência Cruz das Armas, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 03218-5672, o qual apresentou ao(a) Delegado(a) de Polícia Civil, o(s) seguinte(s) objeto(s):

- **Automóvel**, marca CHINERAY, modelo XY50C, tipo de veículo motocicleta, cor branca, ano 2013, UF: PB, chassi LXYXCB109E0225424, características gerais: Motocicleta Chineray, Modelo Xy 50q, Jet, Cor Branca, 2013, Chassi Lxyxcb109e0225424; (encontrado/a em poder de Sival Honorato Leite Neto)

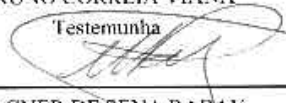
**Local da ocorrência:** Sem Ocorrências Cadastradas, referente ao procedimento Nº 00005.05.2020.1.00.450.

Sendo relevante(s) à instrução do feito, determinou o(a) Delegado(a) de Polícia Civil a imediata apreensão do(s) objeto(s) acima descrito(s). Sendo o que havia a constar, lido e achado conforme, encerrou o presente termo que vai assinado pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, pelo apresentador(a), pelo(a) testemunha(s) e por mim, Wagner de Sena Rabay, Escrivão de Polícia Civil que o digitei.

  
\_\_\_\_\_  
BRAZ MORRONI DE PAIVA JÚNIOR  
Delegado(a) de Polícia Civil

  
\_\_\_\_\_  
VALBER ARLEY DE ALMEIDA SOUZA  
Apresentador(a)

  
\_\_\_\_\_  
BRUNO CORREIA VIANA  
Testemunha

  
\_\_\_\_\_  
WAGNER DE SENA RABAY  
Escrivão de Polícia Civil

Procedimento Policial: 00005.05.2020.1.00.450

1/1







**TERMO DE DEPOIMENTO**

**Sival Honorato Leite Neto**

À(s) 19:10 horas do dia 21 de março de 2020, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, e nesta Delegacia De Polícia Civil, onde presente se encontra o(a) Dr.(a) Braz Morróni de Paiva Júnior, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivão de Polícia Civil do seu cargo, ao final assinado, compareceu a **TESTEMUNHA**, a seguir qualificada: **Sival Honorato Leite Neto**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Ajudante de Mecânica, filho(a) de Alessandra dos Santos e Nivaldo de Freitas Leite, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/10/2000 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Gabino de Carvalho, 10, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência: Próximo Ao Quintal da Pizza, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98669-4639. Aos costumes nada disse. Compromissado(a) na forma da lei e advertido(a) das penas culminadas ao falso testemunho, prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo inquirido(a) pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, **DISSE**: Que comprou o veículo há aproximadamente dois meses ao seu vizinho, o qual não sabe declinar o nome, por R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais) e a sua moto que estava com o motor batido; QUE a sua moto quebrada valia aproximadamente R\$ 500,00 (quinhentos reais); QUE não sabia que a moto que comprou ao seu vizinho estava com restrição de roubo/furto; QUE o seu vizinho é catador de reciclagem e fazia entrega de gás com a moto; QUE seu vizinho é conhecido por "DEZENOVE".. Sendo o que havia a constar, lido e achado conforme, encerrou o presente termo que vai assinado pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, pela testemunha e por mim, Escrivão de Polícia Civil que o digitei.

  
\_\_\_\_\_  
BRAZ MORRÓNI DE PAIVA JÚNIOR  
Delegado(a) de Polícia Civil

  
\_\_\_\_\_  
SIVAL HONORATO LEITE NETO  
Testemunha

  
\_\_\_\_\_  
WAGNER DE SENA-RABAY  
Escrivão de Polícia Civil

Procedimento Policial: 00005.05.2020.1.00.450

1/1





**TERMO DE COMPROMISSO DO(A) AUTOR(A)**

**Sival Honorato Leite Neto**

À(s) 19:18 horas do dia 21 de Março de 2020, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, e nesta Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontra o(a) Dr.(\*) Braz Morróni de Paiva Júnior, Delegado de Polícia Civil, comigo Wagner de Sena Rabay, Escrivão de Polícia Civil, ao final assinado, aí compareceu **Sival Honorato Leite Neto**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Ajudante de Mecânica, filho(a) de Alessandra dos Santos e Nivaldo de Freitas Leite, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/10/2000 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Gabino de Carvalho, Nº S/N, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência Colégio, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98669-4639, cor/raça parda, **o(a) qual se comprometeu consoante o disposto no art. 69 parágrafo único da lei nº 9.099/95, a comparecer no juizado especial a ser definido no dia(s) e hora agendados pela Secretaria daquele juízo, ou em cumprimento à sua notificação posterior. Sendo o que havia a constar, lido e achado conforme, encerrou o presente termo que vai assinado, pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, pelo(a) compromissado(a) e por mim, Escrivão de Polícia Civil que o digitei.**

BRAZ MORRÓNI DE PAIVA JÚNIOR  
Delegado(a) de Polícia Civil

SIVAL HONORATO LEITE NETO  
Compromissado(a)

WAGNER DE SENA RABAY  
Escrivão de Polícia Civil







**TERMO DE DECLARAÇÕES**  
**Ruederson Barros da Silva**

À(s) 19:41 horas do dia 21 de março de 2020, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, e nesta Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontra o(a) Dr.(a). Braz Morroni de Paiva Júnior, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, Escrivão de Polícia Civil do seu cargo, ao final assinado, compareceu o(a) **DECLARANTE**, a seguir qualificado(a): **Ruederson Barros da Silva**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), filho(a) de Eliane de Barros da Silva e Raimundo Silva dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 15/05/2002 (17 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua João Gabino de Carvalho, nº 10, bairro Treze de Maio, tendo como ponto de referência Colégio, na cidade de João Pessoa/PB. Aos costumes nada disse. Inquirido(a) pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, **DISSE: NA PRESENÇA DE SUA MÃE, DECLARA QUE COMPROU A MOTOCICLETA CHINERAY APREENDIDA NO PRESENTE AUTO AO SENHOR CONHECIDO POR "VEIO", QUE RESIDE NAS PROXIMIDADES AO MINI SHOPPING SAMPAIO, NO BAIRRO PADRE ZÉ, NO MÊS 09 DE 2019, PELA QUANTIA DE R\$ 1200,00; QUE DESDE ENTÃO UTILIZAVA A MOTOCICLETA PARA SE LOCOMOVER DE SUA RESIDÊNCIA ATÉ O SEU LOCAL DE TRABALHO; QUE VENDEU A MOTOCICLETA HÁ CERCA DE DOIS MESES AO SEU VIZINHO SIVAL PELA QUANTIA DE R\$ 1500,00 E UMA MOTO QUEBRADA; QUE NÃO SABIA QUE A MOTO TINHA RESTRIÇÃO DE ROUBO OU FURTO.. Sendo o que havia a constar, lido e achado conforme, encerrou o presente termo que vai assinado pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil, pelo(a) declarante e por mim, Wagner de Sena Rabay, Escrivão de Polícia Civil que o digitei.**

**BRAZ MORRONI DE PAIVA JÚNIOR**  
Delegado(a) de Polícia Civil

**RUEDERSON BARROS DA SILVA**  
Declarante

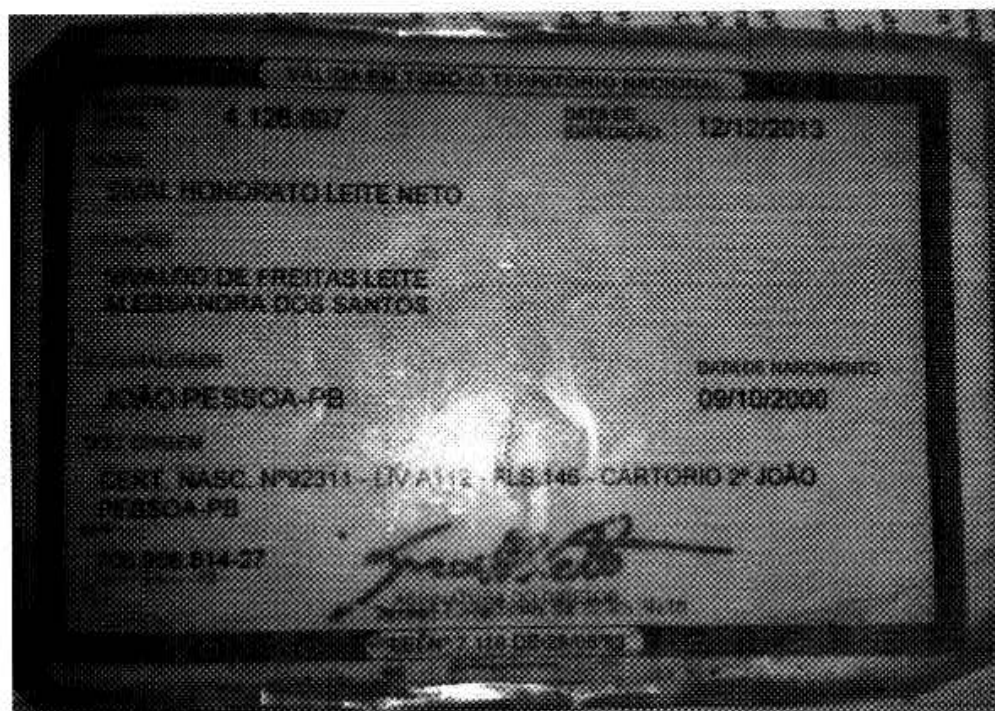
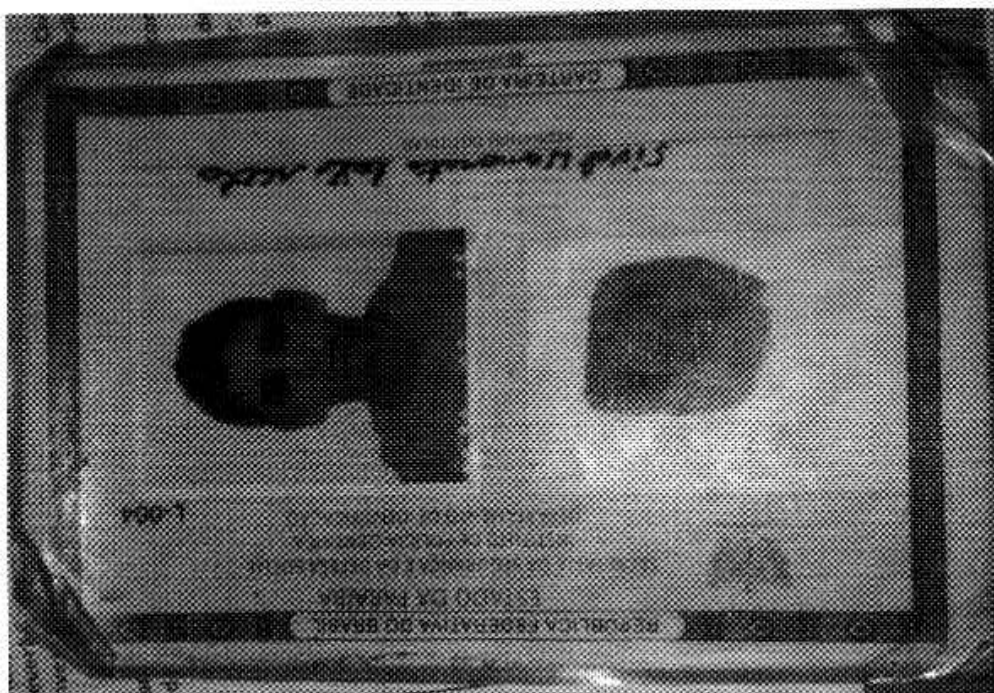


**WAGNER DE SENA RABAY**  
Escrivão de Polícia Civil

Procedimento Policial: 00004.02.2020.1.00.450

1/1









GOVERNO  
DA PARAIBA

ESTADO DA PARAIBA  
POLÍCIA MILITAR

PM 202003211745 00 249



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

Nº CIOP/COPOM:

UOP/SUOP Força Regional /CPRM	Data da Ocorrência 21/03/2020	Hora 18 h 00 min.	Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº) Rua Fernandes Viana, Padre Ze
Ponto de Referência Ocorrência com a Avenida Mandacaru	Código da Ocorrência		
Natureza da Ocorrência Resistência	Prefixo da Viatura 7079		
Comandante da Guarnição (Nome, Posto/Grad. e Matrícula) Alcy 1º ten 527.607-1	Patrulheiro 01 (Nome, Grad. e Matrícula) CB Euvân 528.930	Patrulheiro 02 (Nome, Grad. e Matrícula) Correia SD 528.252	
Matrícula (Nome, Grad. e Matrícula) Am SD 529.058	Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s)		
Nome Completo do Solicitante			
Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)			

Acusado(s)

Nome Completo Sivaldo Honorato Leite Neto	Data de Nascimento (d/m/a) 09/10/2000
Nome Completo da Genitora Alexandrina dos Santos	Nº RG/Órgão Expedidor 4.126.097
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) Rua João Góes de Azevedo nº 10, Treze de Maio	Nº CPF 906.956.814-27
Ponto de Referência Próximo ao Quilômetro da Pizze	Nº CNH Não possui
Informações Biométricas Cor da Pele: Morena Altura Estimada: 1,79 Cor dos Cabelos: Castanho Cor dos Olhos: Castanho	Profissão Declarada Motociclista
Marca(s) Característica(s) (Assinalar) <input checked="" type="checkbox"/> Tatagem <input type="checkbox"/> Cicatriz <input type="checkbox"/> Sinal de Nascimento <input type="checkbox"/> Outros	Composição Física: <input type="checkbox"/> Normal <input checked="" type="checkbox"/> Magro <input type="checkbox"/> Gordo
(Descrever Marca Característica) Tatagem em membros superiores	Alcunha
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Informações Biométricas Cor da Pele: Altura Estimada: Cor dos Cabelos: Cor dos Olhos:	Profissão Declarada
Marca(s) Característica(s) (Assinalar) <input type="checkbox"/> Tatagem <input type="checkbox"/> Cicatriz <input type="checkbox"/> Sinal de Nascimento <input type="checkbox"/> Outros	Composição Física: <input type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Magro <input type="checkbox"/> Gordo
(Descrever Marca Característica)	Alcunha

Vítima(s)

Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Nome Completo	Profissão Declarada
Nome Completo da Genitora	Data de Nascimento (d/m/a)
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº RG/Órgão Expedidor
Ponto de Referência	Nº CPF
Nome Completo	Nº CNH
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Profissão Declarada
Ponto de Referência	Nº Telefone (s)

Testemunha(s)

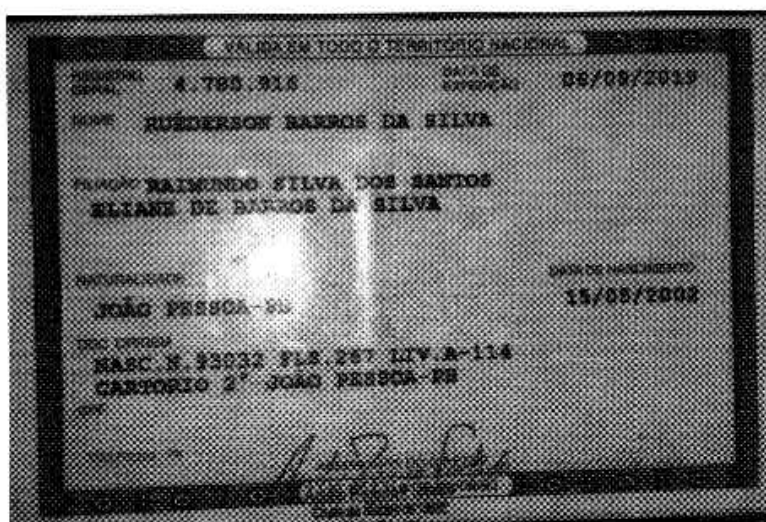
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Nome Completo	Profissão Declarada
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Data de Nascimento (d/m/a)
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº RG/Órgão Expedidor
Ponto de Referência	Nº CPF
Nome Completo	Nº CNH
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Profissão Declarada
Ponto de Referência	Nº Telefone (s)





Arma(s) de Fogo Apreendida(s)					
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:
Cartucho(s) Apreendido(s)					
Quantidade:	Calibre:			Tipo:	
Quantidade:	Calibre:			Tipo:	
Outro(s) Objeto(s) Apreendido(s)					
(Tipo, Marca, Modelo, nº de série, Cor e etc.)					
<p><i>Motorista XY 509 JET Branca 2013 CHASSI LX4XCBLO9E0223424 com resíduo de pólvora / furto.</i></p>					
Relato da Ocorrência					
<p><i>Durante rondas na Roda 26, a guarnição se deparou com o acusado conduzindo a motocicleta citada acima em atitude suspeita. Ao realizar busca pessoal ao acusado e, em seguida, consultar o chamê do veículo no CIOF, foi constatado que o veículo se encontra com resíduo de pólvora datada de 2015. O indivíduo e a motocicleta foram apreendidos na Central de Polícia para que fossem realizados procedimentos cabíveis.</i></p>					
Auto de Resistência à Prisão					
<p>No exercício legal de minha função policial, abordei e dei voz de prisão ao acusado _____, por ter encontrado o mesmo em flagrante delito de crime e/ou contravenção penal de _____ e, porque o infrator não obedecesse, antes resistisse à prisão, apesar das advertências que lhe fiz, foi necessário uso da força moderada e progressiva, empregando para isso _____, do que resultou em _____.</p>					
<p>Para constar, lavro o presente Auto de Resistência à Prisão, que assino com a(s) testemunha(s) _____ e _____.</p>					
<p>Conductor: _____</p>					
1ª Testemunha _____			2ª Testemunha _____		
<p>Recebi às <u>18h30</u> min., de <u>23/03/2020</u>, o(s) Acusado(s), arma(s) e/ou objeto(s) descritos neste documento.</p>					
Nome: <u>BRAZ LOPRONI</u>		Matrícula: <u>155.279-1</u>		Assinatura: <u>[Assinatura]</u>	







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**14ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

A parte autora anexou retro vários documentos policiais a respeito do autor, porém não apresentou qualquer petição.

Sendo assim, **intime-se** a parte autora para, em 15 dias, esclarecer o que pretende com a juntada nua dos documentos de ID 29324765.

João Pessoa, data da assinatura digital.

**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 14ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0854940-35.2019.8.15.2001**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: SIVAL HONORATO LEITE NETO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**INTIMAÇÃO**

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 02 de abril de 2020.

*Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária*

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

A parte autora anexou retro vários documentos policiais a respeito do autor, porém não apresentou qualquer petição.

Sendo assim, **intime-se** a parte autora para, em 15 dias, esclarecer o que pretende com a juntada nua dos documentos de ID 29324765.

João Pessoa, data da assinatura digital.





**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE  
DA COMARCA DA CAPITAL

JUSTIÇA GRATUITA

SIVAL HONORATO LEITE NETO, *já qualificado nos autos da ação em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que a documentação de que se trata o despacho retro, foi juntado por OLIVIA BRONZEADO TEOTONIO LEITE FERREIRA - ASSESSOR em 23/03/2020 11:41:55.*

Informo ainda na oportunidade que todos os documentos necessários para o prosseguimento do processo já encontra se colacionado aos autos, momento em que pede o prosseguimento *requerendo que seja realizada perícia médica para comprovação do seu estado.*

Pede e espera deferimento.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**14ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**intime-se** o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial:

a) descrever, ainda que de forma leiga, as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

b) tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que decorra logicamente dos valores afirmados nos fatos e fundamentos.

c) **juntar comprovante de endereço atual e emitido em seu próprio nome e, se houver de apresentar documento em nome de terceiro, deverá também comprovar seu vínculo com o titular.**

João Pessoa, 08/05/2020.

**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito

JOÃO PESSOA, 8 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 14ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0854940-35.2019.8.15.2001**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: SIVAL HONORATO LEITE NETO**

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**INTIMAÇÃO**

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, INTIMO o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da decisão adiante transcrita e, no prazo legal, apresentar manifestação. João Pessoa, 08 de maio de 2020.

*Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira - Analista Judiciária*

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854940-35.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**intime-se** o promovente para, em 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial:

a) descrever, ainda que de forma leiga, as sequelas permanentes (p. ex., dores crônicas, encurtamento de membros, dificuldade de locomoção, disfunções nas articulações, etc.), as quais lhe acometeram e não foram, segundo sua compreensão, suficientemente indenizadas pelo seguro obrigatório.

b) tornar seu pedido certo e determinado, declinando expressamente o valor nominal da diferença indenizatória pretendida, que decorra logicamente dos valores afirmados nos fatos e fundamentos.



c) juntar comprovante de endereço atual e emitido em seu próprio nome e, se houver de apresentar documento em nome de terceiro, deverá também comprovar seu vínculo com o titular.

João Pessoa, 08/05/2020.

**Alexandre Targino Gomes Falcão**

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 14ª VARA CIVE DA COMARCA DA CAPITAL.

## JUSTIÇA GRATUITA

**SIVAL HONORATO LEITE NETO**, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar conforme documentos médicos juntados na inicial, o autor sofreu FRATURA da tíbia esquerda, evoluindo com deformidade na perna, dor e limitação funcional.

**Dessa forma, por apresentar sequelas que decorreram do acidente de trânsito, o autor ajuizou ação de cobrança para recebimento do seguro social.**

Injustamente, o Autor recebeu apenas o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor esse atribuído pela seguradora, 25% do membro inferior.

Na inicial foi solicitado perícia médica da confiança do juízo para que esse possa avaliar as sequelas do autor e verificar que a debilidade é permanente e irreversível. Aliás, a competência é do perito. Importante frisar que é impossível a parte autora indicar o valor exato, pois a prova é meramente técnica

No que diz respeito ao comprovante de residência, o autor reside com a avó paterna, não possuindo comprovante de residência em seu próprio nome. De toda forma, junto na oportunidade comprovante de residência atualizado em nome de sua avó e documento do pai, para comprovar filiação.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, requerendo desde já a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, tudo por ser de inteira e lidima justiça.

Pede e espera deferimento.



João Pessoa, 26 de maio de 2020.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**

**OAB-PB 12578**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**

**OAB/PB 17295**

Danos Corporais Totais

Percentual

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental

100

alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)



comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,

pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de

qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

#### Danos Corporais Segmentares (Parciais)

#### Percentuais

#### Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

#### das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou

de uma das mãos

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo

polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da

mão

10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé

#### Danos Corporais Segmentares (Parciais)

#### Percentuais

#### Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

#### das Perdas





Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou	50
da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





**CAGEPA**  
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DA PARAIBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-670 - CNPJ: 06.123.654/0001-87

**FAIXA COM RENDIMENTO COM A CAGEPA**  
**RENTEDOR**  
**MATRICULA**  
1056590

**REFERENCIA**  
MAY/2020

**CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVIÇOS**

**MARIA JOSE DE FLEITE**  
**RUA JOAO GABINIO DE CARVALHO, S/N - VL - MANDACARU**  
**JOAO PESSOA PB 53025- 690**

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Outros	
001.054.050.1139.000	000	1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
			LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR | ATUAL | CONSUMO (H3) | NUM DE DIAS | PROXIMA LEITURA  
10 | 06/06/2020

HIST. CONS./ANOR. LEIT. | QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.

PERÍODO	CONSUMO (H3)	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
ABR/2020	10	TURBIDEZ	0	0	0
MAR/2020	10	CLORO	0	0	0
FEV/2020	10	PH	0	0	0
JAN/2020	10	COR	0	0	0
DEZ/2019	10	COL.TOTAIS	0	0	0
NOV/2019	10				
MEDIA(H)		DADOS REFERENTES A: MAR/2020			

DATA DA IMPRESSÃO: 07/05/2020 HORA DA IMPRESSÃO: 10:50:00

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL (R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	10 H3	37,91
ESGOTO		
ACRESCIM(S) MES(ES) ANT. 03/2020 04/2020		1,51
JUROS DE MORA 03/2020 04/2020		0,50





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**14ª Vara Cível da Capital**

0854940-35.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, máxime considerando que este processo foi distribuído há mais de oito meses e, até agora, não recebeu efetiva movimentação, e ainda tem-se em conta de que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente DEIXO de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

João Pessoa - PB, 03/06/2020.

ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO

JUIZ DE DIREITO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 14ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - ADVOGADO PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0854940-35.2019.8.15.2001**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: SIVAL HONORATO LEITE NETO**

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO, MM Juiz(a) de Direito deste 14ª Vara Cível da Capital, **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: SIVAL HONORATO LEITE NETO**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO:

Vistos, etc.

As estatísticas apontam índice 0% de acordos celebrados nas audiências de mera tentativa de conciliação, realizadas nas ações do seguro DPVAT, nas quais as partes em, 100% das audiências, apenas transigem, após a realização de exame médico na pessoa do segurado, atestando e graduando a lesão ensejadora da indenização securitária. Aliás, em muitos casos, as partes recusam a transação, mesmo após a realização do exame pericial.

Destarte, a par do contexto acima traçado, o cumprimento do art. 334 do CPC/2015 mostra-se uma formalismo processual comprovadamente inútil. Além do mais, em razão do monumental volume de serviço e a ordem cronológica no cumprimento dos despachos judiciais, a escrivania desta vara ainda levaria meses para realizar o agendamento da referida audiência na pauta do CEJUSC, razão pela qual sua designação ocasionaria um prejuízo ainda mais grave para as partes e para a marcha processual.

Sendo assim, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, tal como determina o art. 139, II, do CPC, máxime considerando que este processo foi distribuído há mais de oito meses e, até agora, não recebeu efetiva movimentação, e ainda tem-se em conta de que não há nulidade sem prejuízo, excepcionalmente DEIXO de designar a audiência prévia nestes autos, para ordenar, desde logo a citação da promovida.

João Pessoa - PB, 03/06/2020.

ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCÃO

JUIZ DE DIREITO

Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578

**Prazo:15 dias**



De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JOÃO PESSOA-PB, em 15 de julho de 2020

De ordem, ROSA GERMANA SOUZA DOS SANTOS LIMA  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

